



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto n.º 95/2024/DAF/DICOMP/SECOMP

**“SERVIÇOS DE DESMATAÇÃO E GESTÃO DE
COMBUSTÍVEIS NAS ESTRADAS TIPOLOGIA 3”**

junho 2024

Índice

Cláusula 1.ª	2
Objeto do Procedimento	2
Cláusula 2.ª	2
Preço Base	2
Cláusula 3.ª	2
Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	2
Cláusula 4.ª	3
Contrato	3
Cláusula 5.ª	4
Prazo e local e acompanhamento da execução do contrato	4
Cláusula 6.ª	4
Cláusula 7.ª	5
Conformidade e garantia técnica	5
Cláusula 8.ª	5
Dever de Sigilo	5
Cláusula 9.ª	6
Proteção de dados pessoais	6
Cláusula 10.ª	7
Condições de pagamento	7
Cláusula 11.ª	8
Penalidades contratuais	8
Cláusula 12.ª	9
Força maior	9
Cláusula 13.ª	9
Resolução por parte da Câmara Municipal de Setúbal	9
Cláusula 14.ª	9
Subcontratação e cessão da posição contratuais	9
Cláusula 15.ª	9
Resolução de litígios	9
Cláusula 16.ª	10
Comunicações e notificações	10
Cláusula 17.ª	10
Apoio técnico referente à plataforma eletrónica	10
Cláusula 18.ª	10
Contagem dos prazos	10
Cláusula 19.ª	10
Legislação aplicável	10

PARTE II	11
CLÁUSULAS TÉCNICAS	11
CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS: UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZEITÃO	16

Cláusula 1.ª

Objeto do Procedimento

- 1 - O presente procedimento tem por objeto a **“prestação de serviços de desmatção e gestão de combustíveis nas estradas tipologia 3, na união de freguesias de Setúbal”**, de acordo com as cláusulas técnicas e disposições para a execução dos trabalhos, em anexo, nos termos do número 2 do Artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual, doravante designado por “CCP”.
- 2 - A presente prestação de serviços é efetuada ao abrigo da alínea a), n.º 1 do Artigo 16.º, conjugado com a alínea d), n.º 1 do Artigo 20.º, do CCP.

Cláusula 2.ª

Preço Base

- 1- O preço máximo que a Câmara Municipal de Setúbal se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos é de **19.250,00€ (dezanove mil, duzentos e cinquenta euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licença.
- 3- O Preço base tem com fundamento os custos médios resultantes de anteriores procedimentos para fornecimentos e serviços desta natureza, de acordo com o n.º 7 do Artigo 17.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado, através da plataforma de compras públicas: Acingov - <https://www.acingov.pt/>, e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual

identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Contrato

- 1** - Deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel ou em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 94.º do CCP, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na versão atual.**
- 2** - A Câmara Municipal de Setúbal celebrará o contrato escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel.
- 3** - O contrato é composto pelos esclarecimentos e retificações das peças do procedimento, pelo convite para apresentação de propostas que substitui o programa do procedimento, pelo caderno de encargos e pela proposta adjudicada.
- 4** - No caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a prevalência é determinada pela ordem aí apresentada.
- 5** - A minuta do contrato é aprovada pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador com a competência delegada.
- 6** - Aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, conjuntamente com a adjudicação para que este se pronuncie no prazo de 5 dias úteis subsequentes à adjudicação.
- 7** - Decorrido o prazo de cinco dias úteis, sem que tenha sido apresentada reclamação, apresentada nos termos do art.º 102.º do CCP, considera-se aceite pelo adjudicatário.
- 8** - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, cabendo ao órgão competente para contratar comunicar ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- 9** - A não outorga do contrato, por facto imputável ao adjudicatário, ocasiona a caducidade da adjudicação nos termos do art.º 105.º do CCP.
- 10** - Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no **Código dos Contratos Públicos**, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, na sua versão atual.
- 11** - Haverá redução de contrato escrito, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º e da alínea a) do nº 1 do artigo 95.º, atendendo a que a prestação de serviços excede 10.000,00€.

Cláusula 5.ª

Prazo e local e acompanhamento da execução do contrato

- 1** - O contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, entra em vigor na data da aposição da última assinatura e cessa a sua vigência logo que atingido o valor contratual constante da proposta do adjudicatário.
- 2** - O objeto do contrato será executado em consonância com o Serviço Municipal de Gestão de Combustíveis e Riscos Florestais.
- 3** - Fica o Sr. Dr. Marcelo Pujol, chefe do Serviço Municipal de Gestão de Combustíveis e Riscos Florestais, designado como Gestor do presente contrato, e com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, nos termos do Artigo 290.º- A, do CCP.

Cláusula 6.ª

Obrigações Gerais do prestador de serviços

- 1**- Nos termos do contrato a celebrar, o Prestador de Serviços obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
- 2**- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Prestar o serviço objeto do contrato em conformidade com os requisitos técnicos, funcionais e condições previstas na Parte II – Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos;
 - b. Comunicar antecipadamente por escrito ao Gestor do Contrato, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos;
 - c. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua situação jurídica e a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos indicados no contrato a celebra.
- 3**- O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

Cláusula 7.ª

Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e, no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Setúbal em execução de contrato, às exigências legais, obrigações do prestador e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de prestação de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.ª

Dever de Sigilo

- 1- O Prestador de Serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
- 2- O Prestador de Serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 4- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 5- O Prestador de Serviços obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
- 6- O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
- 7- O Prestador de Serviços não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 9.ª

Proteção de dados pessoais

1 - A atividade desenvolvida pelo adjudicatário e respetivos técnicos, independentemente da natureza da relação contratual, encontra-se sujeita à aplicação da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), que revoga a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

2 - Com a celebração do Contrato, o adjudicatário assume a qualidade de subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do Contrato, em que o Município de Setúbal assume a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.

3 - O adjudicatário obriga-se, ainda, enquanto subcontratante, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre o Município de Setúbal, enquanto entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais objeto do contrato, comprometendo-se designadamente a:

- a.** Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo Município de Setúbal, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do presente Contrato;
- b.** Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Setúbal, sem que, tenha sido por esta, expressamente instruído por escrito;
- c.** Comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- d.** Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas na presente Cláusula;
- e.** Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo de respeito com obrigações legais, nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;
- f.** Colaborar com o DPO (Data Protection Officer – Encarregado de Proteção de Dados) do Município de Setúbal, facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.

4 - O adjudicatário garante, sem prejuízo de assegurar a utilização contínua dos dados e aplicações migradas findo o Contrato, que os dados pessoais por si tratados, na qualidade de subcontratante, são integralmente destruídos, mantendo-se também o sigilo mesmo após a cessação do presente Contrato, independentemente do motivo pelo qual ocorra.

5 - Em observância pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, os currículos e/ou outros documentos nos quais constem dados pessoais, deverão vir acompanhados do consentimento expresso dos seus titulares, para que o Município de Setúbal, no âmbito exclusivo do procedimento de contratação pública em apreço, fique habilitado para o tratamento desses dados.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1 - A emissão das faturas eletrónicas pelo Prestador de Serviços deverá ser feita após a execução dos serviços e será paga por transferência bancária.

2 - As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de **60 dias** após a receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexas, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso, os números das notas de encomenda ou outro documento equivalente.

3 - Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.

4 - As faturas eletrónicas a emitir pelo Prestador de Serviços deverão ser enviadas para o email: fe@mun-setubal.pt.

5 - A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

6 - O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir do co contraente o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a. No caso de incumprimento das obrigações estabelecidas neste Caderno de Encargos, e por causa imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena, de montante a fixar em função da gravidade e de valor correspondente a até 5% do valor adjudicado na Cláusula 2.ª.
- b. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- c. O incumprimento ou cumprimento defeituoso terá de ser comprovado por relatório produzido pelo SRIFLOR.
- d. A Câmara Municipal reserva-se ainda o direito de denunciar o contrato, sempre que haja incumprimento ou cumprimento defeituoso de algumas cláusulas contratuais.
- e. Pelo cumprimento defeituoso, sem que seja repostado, no prazo de 15 dias, ficará o adjudicatário sujeito à multa de 1‰ por cada dia em falta.
- f. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por prazo superior a 20 dias poderá a Câmara Municipal rescindir o contrato, notificando o adjudicatário.
- g. O adjudicatário é responsável por qualquer anomalia que ocorra no período de serviço e em momento posterior, desde que seja originada por qualquer alteração da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar a que título for.
- h. Em caso de anomalia detetada no objeto da prestação de serviços, o prestador compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos a anomalia resultante de fato não imputável ao fornecedor.

2. Considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação de serviços por período superior a 20 dias, o que dá à Câmara Municipal, o direito de rescindir o contrato, notificando o adjudicatário, tendo este de cumprir o disposto na alínea e) do n.º 1 da presente cláusula.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Setúbal tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4. A Câmara Municipal pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas, nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Setúbal exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª

Força maior

Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da Câmara Municipal de Setúbal

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Setúbal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 14.ª

Subcontratação e cessão da posição contratuais

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Comunicações e notificações

- 1** - Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.
- 2** - As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 17.ª

Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

- 1** - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no sítio <https://www.acingov.pt/>.
- 2** - Encontra-se disponível, no sítio referido no número anterior, um manual de utilização da plataforma eletrónica destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

- 1** - O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
- 2** - Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a
Descrição da prestação de serviços

1. Generalidades – caracterização genérica dos serviços, servindo de base para elaboração dos planos de trabalho:

- a) O nível de limpeza das bermas deverá ser de excelente qualidade, incluindo a remoção e transporte de todos os resíduos combustíveis resultantes da prestação dos serviços, bem como a remoção de lixos, pedras e outros resíduos que possam estar nas bermas das estradas, caminhos municipais e caminhos de serventia indicados nas listas anexas, numa faixa mínima de 10 metros sempre que possível conforme legislação em vigor.;
- b) O serviço inclui desmatção de todas as bermas de estradas indicados no **Anexo 2**, incluindo ervas, canas, silvado, arbustos, poda de árvores e eventual abate que se encontrem junto a rails, pilaretes, muros, prédios e qualquer outro tipo de construção; numa faixa mínima de 10 metros sempre que possível conforme legislação em vigor.;
- c) Toda a vegetação protegida, quer por legislação específica, quer pela Diretiva Habitats (92/43/CEE), deve ser preservada, não sendo permitido o corte, arranque, desenraizamento, desbastes ou podas;
- d) Em caso de povoamentos mistos, as espécies protegidas permanecem em detrimento das outras;
- e) Todos os trabalhos de desmatção deverão ser efetuados de forma mecânica, manual ou moto-manual, recorrendo à utilização de moto-roçadoras, motosserra, trator, e todo outro equipamento que se considerar necessário de forma a garantir a boa execução dos trabalhos. Estão interditas as vias química e térmica;
- f) Deve ser dada especial atenção à eliminação de espécies invasoras;
- g) As operações mecanizadas podem ser de dois tipos, na parte aérea da vegetação ou nas componentes aéreas e radicais da vegetação.
- h) Relativamente à mobilização do solo, esta é permitida nas seguintes condições:
 - a. **Declives inferiores a 10%**
 - i. Mobilização manual;
 - ii. Mobilização mecanizada total, em faixas, em linhas ou localizada; dispostas em curvas de nível, não ultrapassar os 15 cm;
 - b. **Declives entre 10% e 20%**
 - i. Mobilização manual localizada;

- ii. Mobilização mecanizada localizada, dispostas em curva de nível, sem reviramento do solo, não ultrapassar os 10 cm;
- iii. Evitar a permanência do solo sem cobertura;

c. Declives superiores a 20%

- i. Mobilização manual localizada, com disposição em curvas de nível;
 - ii. Sem mobilização mecanizada do solo;
 - iii. Sem reviramento do solo;
 - iv. Evitar a permanência do solo sem cobertura.
- i) Não poderão ocorrer quaisquer **acumulações** de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis;
 - j) O material lenhoso sobrente dos estratos arbustivo e subarbustivo (herbáceas) deve ser **destroçado e recolhido**, sendo que o solo não deva permanecer sem cobertura, de modo a evitar a erosão;
 - k) Não é permitida a queima dos materiais sobrantes;
 - l) Deve ser promovida a descontinuidade horizontal e rasteira dos estratos arbustivos e subarbustivos herbáceo, através da limpeza de matos, silvas e vegetação espontânea, desramação e redução de densidades arbóreas
 - m) No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis;
 - n) A desramação das árvores é feita em 50% da sua altura até que estas atinjam os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve ser no mínimo de 4 m acima do solo;
 - o) Abate de árvores de forma a garantir distância entre as copas, no mínimo, de 10 m no caso de pinheiro-bravo e eucalipto, e de 4 m para as restantes espécies;
 - p) Desbaste da vegetação espontânea, garantindo que a altura máxima do estrato arbustivo não excede os 50 cm, e que o estrato subarbustivo/herbáceo não excede os 20 cm;
 - q) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m de edificações, não sendo possível as projeções das copas sobre as coberturas dos edifícios;

- r) Excecionalmente, no caso de arvoredos de especial valor patrimonial ou paisagístico, pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.

Cláusula 2.ª

Horários e periodicidade do serviço

1. Os trabalhos deverão ser efetuados de segunda a sábado, exceto em caso de feriado.
2. Os trabalhos devem ser efetuados dentro do intervalo horário das 07h00 e as 18h00 de segunda a sexta-feira, e entre as 08h00 e as 19h00 aos sábados.

Cláusula 3.ª

Destino dos resíduos produzidos

Os resíduos verdes (ramos, árvores, ervas, silvas...) produzidos durante a prestação dos serviços devem ser entregues em um dos seguintes locais:

- a) Para os trabalhos realizados nas restantes freguesias do concelho, os resíduos devem ser entregues no Ecoparque de Setúbal da AMARSUL – Central de Compostagem de Setúbal, Poçoilos – Estrada de Algeruz, 2910-288 Setúbal.
- b) Poderão vir a ser definidos outros locais por mútuo acordo.

Cláusula 4.ª

Equipamento e pessoal

1. O equipamento a utilizar nas operações de desmatização deverá possuir as características técnicas adequadas ao tipo de serviço a prestar e responder a todas as disposições legais aplicáveis.
2. O adjudicatário deverá utilizar, em perfeito estado de utilização, viaturas, máquinas, equipamentos, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável, de forma a garantir a boa execução dos trabalhos.
3. O adjudicatário obriga-se a manter, nas suas instalações, um armazém com todos os materiais, peças de reposição, ferramentas e materiais necessários ao funcionamento normal e às reparações de rotina.
4. O adjudicatário deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adjudicante.

5. O adjudicatário é responsável por todas as obrigações relativas ao seu pessoal, pela disciplina e aptidão do mesmo, bem como pela reparação de prejuízos por eles causados, nomeadamente a terceiros.
6. O pessoal deverá estar devidamente identificado e observar todas as regras no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e apresentar-se devidamente fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável, pertencendo as respetivas sanções e encargos ao adjudicatário. O fardamento deve estar limpo e ser adequado ao tipo de trabalho e às condições climatéricas (verão/ inverno).
7. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregado, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.
8. O adjudicatário é responsável por quaisquer danos ou deteriorações de equipamentos e materiais, acidentes corporais ou outros que sejam da responsabilidade dos seus funcionários.
9. O adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal afeto à prestação de serviços, e a prestar-lhe assistência médica quando se mostre necessário, em caso de incidente ou acidente de trabalho.

Cláusula 5.ª

Fiscalização

1. Os serviços municipais reservam o direito de fiscalizar toda a atividade do adjudicatário, verificando o cumprimento das condições determinadas por este Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário é obrigado a dar cumprimento às determinações da Câmara Municipal de Setúbal nos termos estipulados neste Caderno de Encargos, cumprindo os horários e os métodos estabelecidos.
3. Durante as ações de fiscalização, caso seja constatado algum incumprimento, serão feitos o registo por escrito e a comunicação ao adjudicatário, ao qual será concedido o prazo, que a entidade adjudicante tenha como adequado, para a reposição da normalidade.

Cláusula 6.ª

Dever de informação, relatórios e reuniões

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes a outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário compreenda por completo a respetiva natureza e o conteúdo da mensagem.

2. Sempre que se verifique qualquer alteração nos serviços, mesmo que pontual ou de carácter temporário, a Câmara Municipal de Setúbal deverá ser informada com a máxima urgência.
3. O adjudicatário compromete-se a informar a Câmara Municipal de Setúbal sobre qualquer situação que possa prejudicar o cumprimento atempado das obrigações acordadas no contrato, bem como a fornecer todas as informações que lhe sejam solicitadas, no âmbito do projeto contratual.
4. Deverão ser enviados registos, por escrito (nomeadamente por endereço eletrónico), de anomalias na execução normal do serviço, nomeadamente acidentes envolvendo as viaturas ou o pessoal, e outras situações que impeçam a normal execução dos trabalhos.
5. Ambas as partes devem identificar, no contrato a celebrar, as respetivas informações de contacto, designadamente endereço eletrónico, contacto telefónico e endereço postal.
6. Devem ser apresentados um relatório no final da realização da prestação de serviços, com um resumo dos trabalhos e locais onde foi realizada desmatção. O relatório deve ser remetido ao SRIFLOR, da Câmara Municipal de Setúbal
7. Durante o período de prestação de serviços poderão realizar-se reuniões entre representantes do adjudicatário e adjudicante, sempre que uma das partes o solicite.

CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS: UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZEITÃO

1. Mapas com todas as estradas a intervencionar por freguesia, com notas sobre o grau de dificuldade:

-Tipologia\grau de execução 1: execução de trabalhos de gestão de combustível maioritariamente de corte de mato rasteiro, nos dez metros laterais á via, sempre que possível

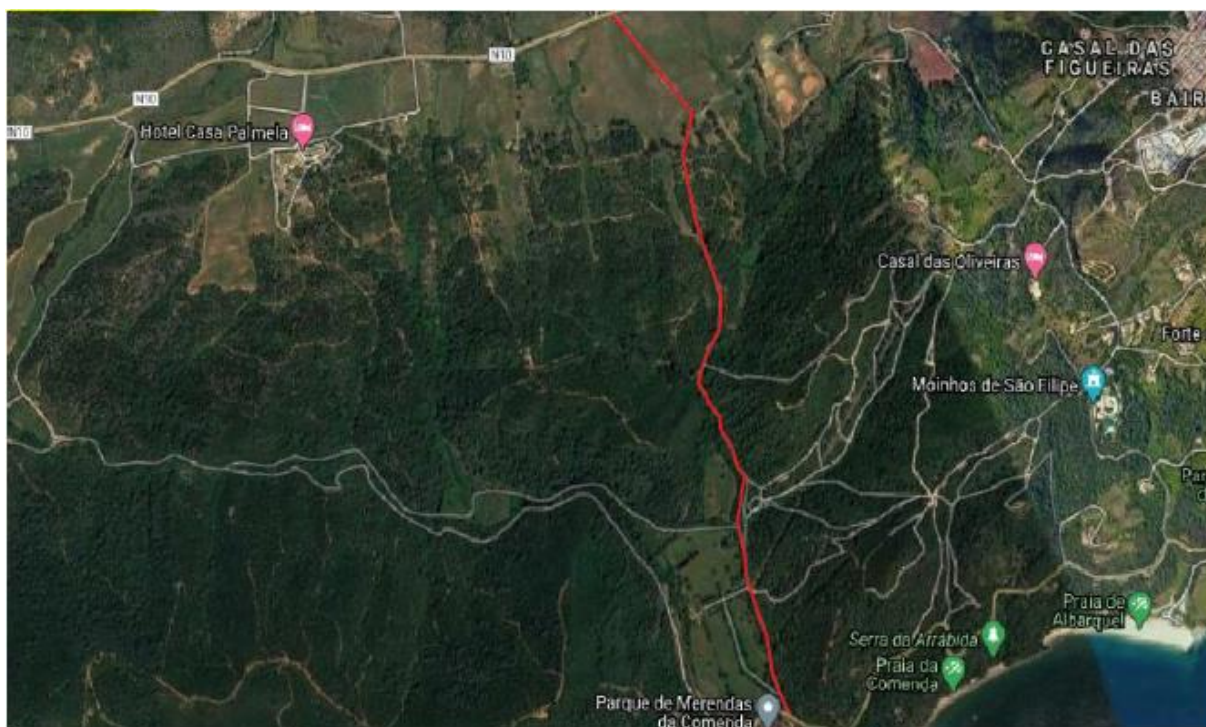
-Tipologia\grau de execução 2: execução de trabalhos de gestão de combustível corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, nos dez metros laterais á via, sempre que possível

-Tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustível corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate \ transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais á via, sempre que possível

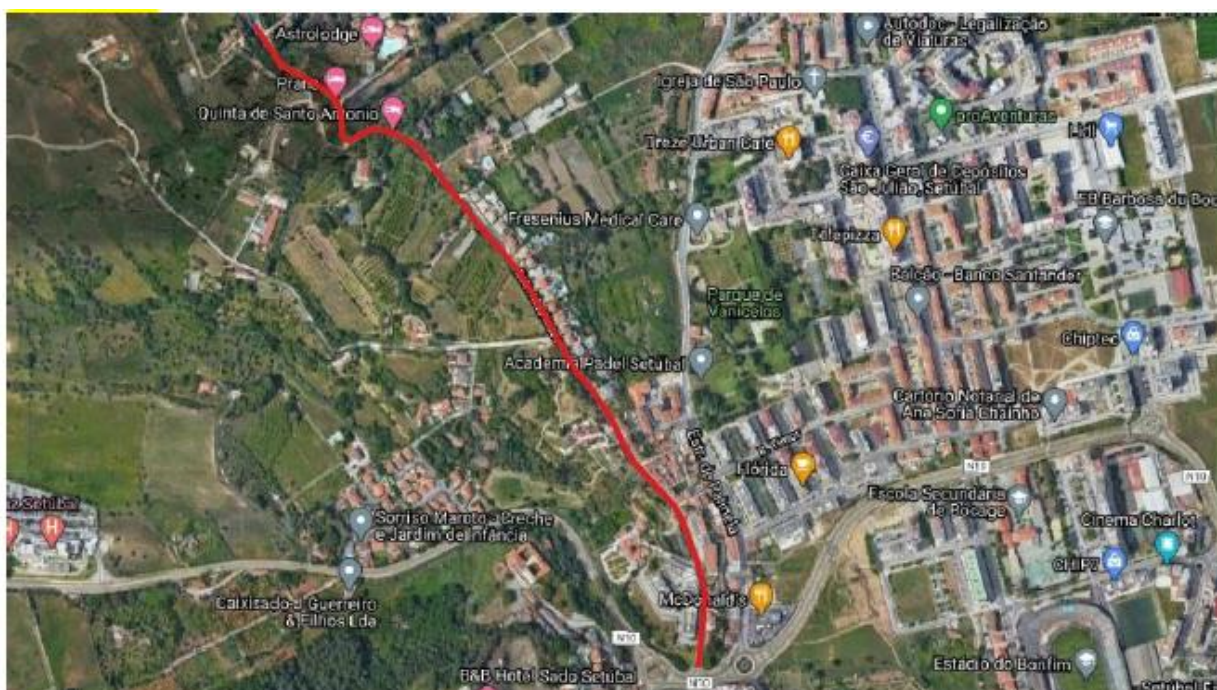
2. Lista de todas as estradas a intervencionar por freguesia:

DASU\DISUR \SRIFLOR União de Freguesias de Setúbal Gestão de combustível na rede viária 2024(só tipologia 3)				
Nº	LOCAL	2 LADOS DA VIA (Km)	FIGURA N.º	tipologia \ grau dificuldade execução
1	Atalho entre N10 E Comenda	4,288	1	3
8	Estrada das Machadas, inicia no cruzamento N10 setúbal até quinta marca de agua antes CM 1054 M	8	8	3
11	Estrada a seguir rua carrascal \ pedreiras viso até- quinta viso pequeno	4	11	3
12	estrada \ caminho que inicia a meio da estrada das machadas e finds na N 10 depois do Hospor junto revenda materiais construção	5	12	3
14	Estrada do Castelo de São Filipe - desarborização e desmatção	3	14	3
16	estrada N 10-4: apenas desde restaurante restinguinha ate cruzamento praia Albarquel	2,5	16	3
18	Rua do Parque Natural da Arrábida (entrada pela N252) lado Setúbal	2,244	18	3
20	Rua do Alto das Necessidades - ao lado da N10 Azeitão	4	20	3
23	Rua Antonio Inácio marques da costa; inicia na ria farol da ameijoas até cruzamento entrada forte são filipe ; 1,9 KM	1,9	23	3
24				
28	Estrada de areia em alcube 8KM até limite conce lho palmela- inicia estrada velha necessidades em alcube- ponte velha	8	28	3
30	Caminhos de acesso a quintas depois do fim rua da Alfairobeira (local Greihal) 5kms	5	30	3
31	RUJA DO PARQUE NATURAL ARRABIDA (INICIA ENTRADA DA ESTRADA N 252 JUNTO VIVENDAS ESTRADA VELHA ATÉ RUA SEBASTIÃO DA GAMA)	3	31	3
32	ESTRADA QUE INICIA ESTRADA PARA PALMELA N 252 JUNTO SEMÁFEROS PARA BAIRRO VARZINHA CANAS LADO NASCENTE BEM COMO COMO TODA ESTRADA PARA VARZINHA ATÉ ESTRADA DE AREIA	3	32	3
34	Rua Pintor Augusto Júlio (traseiras) conforme assinalado mapa	1	34	3
36	Estrada de Santo António (ao lado da Estrada das Machadas)	2	36	3
	kms totais só tipologia 3	38,432		

FOTOS DAS ÁREAS DE INTREVENÇÃO



Atalho entre N10 e Comenda, 4.28Km, dois lados via, tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



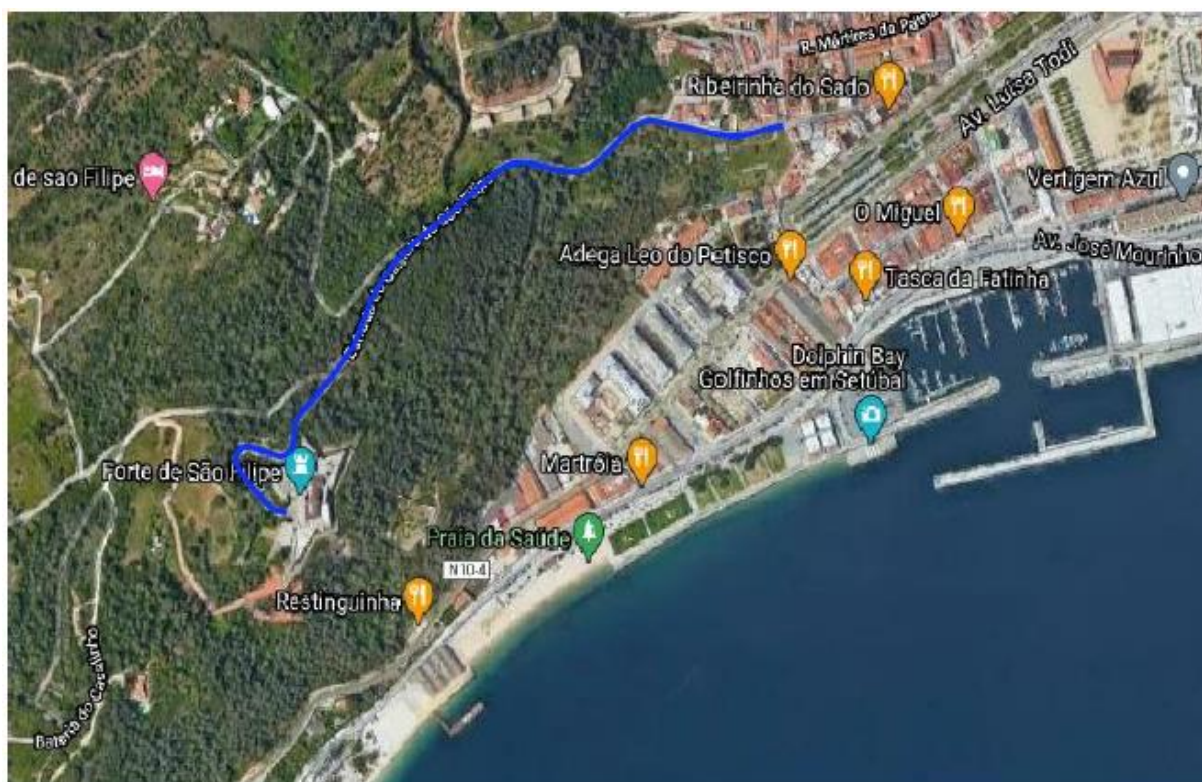
Estrada das Machadas, 8Km dois lados via – inicia no cruzamento N10 Setúbal conforme mapa até quinta marca de água, onde inicia estrada CM 1054M (não assinalado no mapa); 8Km dois lados via tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



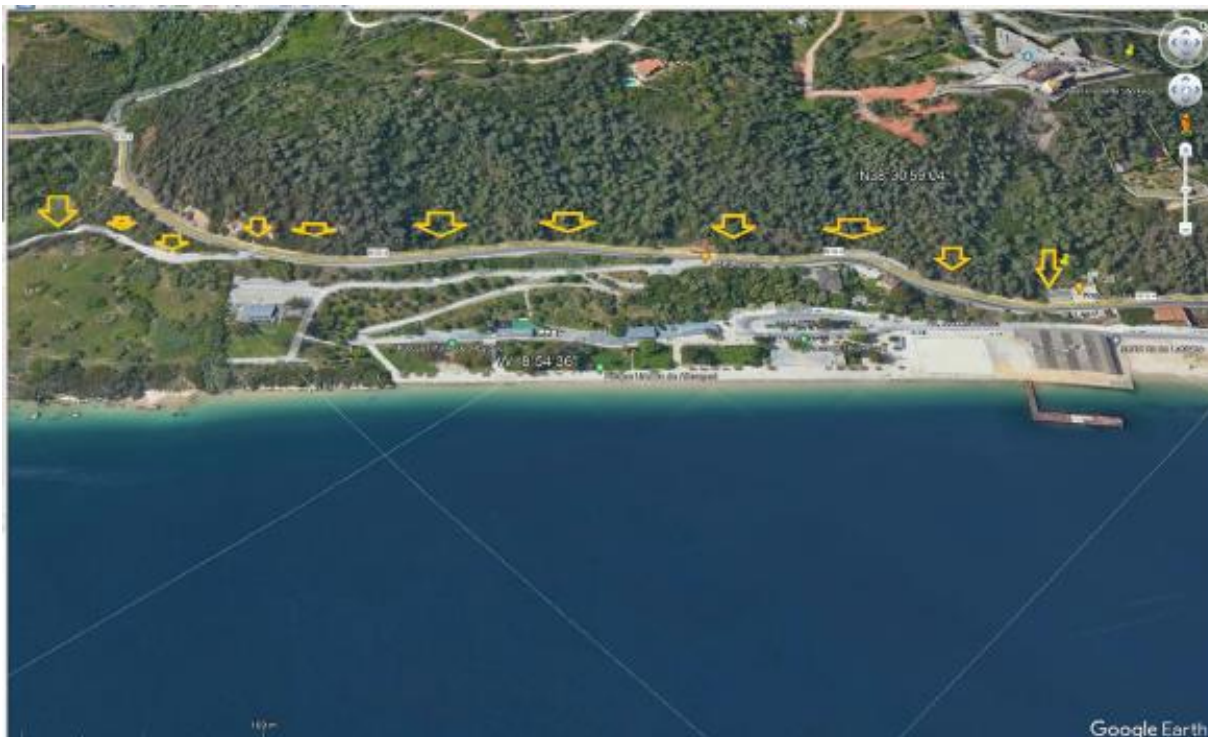
Estrada a seguir rua Carrascal\Pedreiras Viso até à quinta Viso pequeno, 4Km dois lados via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Estrada de areia que inicia a meio da estrada das Machadas (verde) e termina estrada N10 depois Hospor junto revenda materiais construção; 5 Km dois lados via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Estrada do Forte de São Filipe – desarborização e desmatação, 3 Km dois lados via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



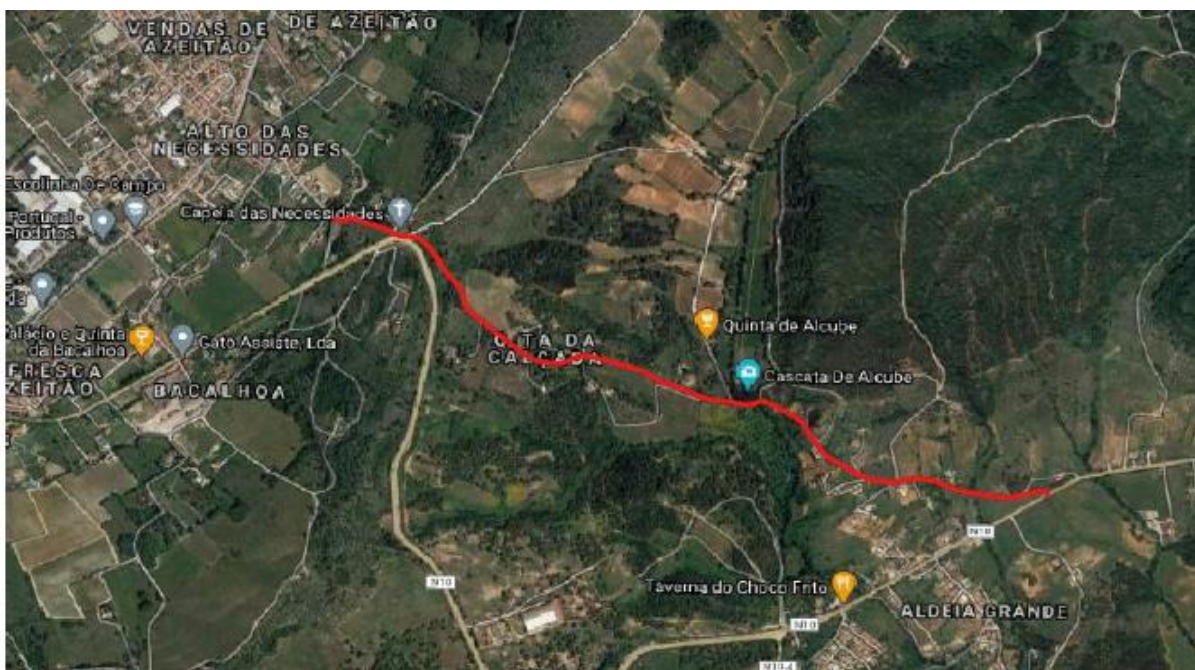
Estrada N10-4: apenas desde restaurante Restinguinha até cruzamento praia Albarquel, 2.5Km dois lados via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Estrada de acesso a armazéns – inicia estrada das Machadas cfr mapa: tipologia\grau de execução 2: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via, o que implica o corte de canas e mato nos terrenos contíguos à via, dentro dos dez metros laterais previstos sempre que possível.



Rua da Alfarrobeira, 2Km dois lados via: tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível, corte em particular das imensas canas ao início da estrada junto do cruzamento com N10 e início estrada lado direito e extenso silvado\canavial posterior.



Rua do Alto das Necessidades – ao lado da N10 Azeitão, 4Km dois lados via tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível, corte em particular do extenso canavial dois lados da via.



Rua António Inácio Marques da Costa; inicia na ria farol da ameijoia até cruzamento entrada Forte São Filipe; 1.9Km; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Estrada de areia em Alcúbe 8Km até limite concelho Palmela – inicia estrada velha Necessidades em Alcúbe – Ponte Velha, tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Caminho de acesso a quintas depois do fim rua Alfarrobeira (local Grelhal) 5Km dois lados vias; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Rua do Parque Natural da Arrábida (inicia entrada da estrada N252 Palmela – Setúbal) Junto vivendas estrada velha até rua Sebastião da Gama; 3Km dois lados via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Estrada que inicia estrada para Palmela N252 junto semáforos para Bairro Varzinha (canas lado norte) bem como toda estrada para Varzinha até estrada de Areia – 3Km dois lados via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de arvores e eventual abate\transporte para vazadouro de arvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Rua Pintor Augusto Júlio (traseiras) conforme assinalado no mapa – 1.5Km dois lados da via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.



Estrada de Santo António (ao lado da estrada das Machadas) – 2Km dois lados via; tipologia\grau de execução 3: execução de trabalhos de gestão de combustíveis corte de mato rasteiro e com corte de arbusto e canas, poda de árvores e eventual abate\transporte para vazadouro de árvores em risco, nos dez metros laterais à via sempre que possível.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º
ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c)
do n.º 3 do Artigo 256.ºA, do CCP, conforme aplicável]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)

b)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do Artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º, do CCP]

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que se a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do número 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.... (local), (data), [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º.